JHSF Administradora do Catarina Aeroporto Executivo S.A.

CNPJ/MF nº 17.781.776/0001-99 - NIRE nº 35.300.449.665

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Outubro de 2024

Data, Hora e Local: 16 de outubro de 2024, às 09:00 horas, na sede da JHSF Administradora do Catarina Aeroporto Executivo S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Presidente Castelo Branco, KM 59 + 701,11 (sentido Capital), Fazenda Dona Catarina, na Cidade de São Roque, Estado de São Paulo, CEP 18132-900.

Convocação: Dispensada a convocação, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Presença:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa: Presidente:** Sr. Breno Perez Vicente; **Secretário:** Sr. João Alves Meira Neto. **Ordem do dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (I) ratificação do aumento do capital social realizado no dia 31 de dezembro de 2022; (II) rerratificação do capital social da Companhia; e (III) consolidação do Estatuto Social. **Deliberações:** Inicialmente, registra-se que foi autorizada a lavratura da ata a que se refere a presente reunião na forma de sumário. Seguindo, após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, as acionistas da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: (I) A ratificação do aumento do capital social da Companhia, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 31 de dezembro de 2022, registrado no dia 02 de fevereiro de 2023, sob o nº 47.935/23-6 da Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), em que alterou o capital social DE R\$ 570.688.474,00 (quinhentos e setenta milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), dividido em 57.068.847,400 (cinquenta e sete bilhões, sessenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e quatrocentas) ações ordinárias PARA R\$ 598.071.142,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, setenta e um mil, cento e quarenta e dois reais) dividido em 59.807.114.200 (cinquenta e nove bilhões, oitocentos e sete milhões, cento e quatorze mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (II) Desse modo, rerratificam o capital social constante na consolidação das atas das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas no dia 20 de março de 2023, registrada na JUCESP no dia 26 de maio de 2023, sob o nº 213.460/23-3 e no dia 10 de junho de 2024, registrada na JUCESP no dia 27 de junho de 2024, sob o nº 256.146/24-0, em que constou erroneamente o valor de -R\$ 570.688.474,00 (quinhentos e setenta milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), dividido em 57.068.847,400 (cinquenta e sete bilhões, sessenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e quatrocentas) ações ordinárias, sendo o correto R\$ 598.071.142,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, setenta e um mil, cento e quarenta e dois reais) dividido em 59.807.114.200 (cinquenta e nove bilhões, oitocentos e sete milhões, cento e quatorze mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (III) Tendo em vista a deliberação acima, as Acionistas aprovam, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, consolidar o Estatuto Social da Companhia, já considerando a alteração aprovada pela presente Assembleia, que passa a vigor de acordo com a redação constante do Anexo I da presente Ata. **Lavratura e encerramento:** Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no § 1º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, achada conforme e assinada. São Roque/SP, 16 de outubro de 2024. Mesa: Breno Perez Vicente - Presidente; João Alves Meira Neto - Secretário. **Acionistas Presentes:** JHSF Participações S.A., Breno Perez Vicente e João Alves Meira Neto; Corbas Administradora de Bens Ltda., Renato Ferreira Barbosa e p.p. João Alves Meira Neto. JUCESP nº 373.241/24-0 em 17/10/24. Mariana Centurion Dardani - Secretária-Geral. **Anexo I - Estatuto Social: Capítulo I - Da Denominação, Sede e Duração: Artigo 1º -** A JHSF ADMINISTRADORA DO CATARINA AEROPORTO EXECUTIVO S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **Artigo 2º -** A Sociedade tem sede na Rodovia Presidente Castelo Branco, Km. 59 + 701,11 (sentido Capital), Fazenda Dona Catarina, na Cidade de São Roque, Estado de São Paulo, competindo à Diretoria, por deliberação de seus membros, estabelecer e transferir o endereço da sede social, abrir, transferir e extinguir filiais, escritórios ou representações, em qualquer localidade do território brasileiro ou do exterior. **Artigo 3º -** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Objeto Social: Artigo 4º -** A Sociedade tem por objeto social: (a) a prestação de serviços de administração, por conta própria ou através de terceiros, das atividades de aeródromo; (b) a prestação de serviços de administração, assessoria, consultoria e planejamento em geral de imóveis destinados a locação e relacionados a aeródromo; (c) a prestação de serviços de administração, planejamento, coordenação e organização financeira; (d) representações comerciais e agentes do comércio e importação de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves; (e) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista; (f) a prestação de serviços de guarda e estacionamentos de veículos em pontos fixos, bem como em shows e eventos artísticos; (g) o fornecimento e alocação de mão-de-obra em estacionamentos próprios ou de terceiros; e (h) compra e venda de imóveis próprios; (i) abastecimento de água potável para consumo humano de bordo de veículos terrestres que operem transporte coletivo internacional de passageiros, aeronaves e embarcações; (j) limpeza, desinfecção ou descontaminação de superfícies de veículos terrestres em trânsito por postos de fronteira, aeronaves, embarcações, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados; (k) limpeza e recolhimento de resíduos resultantes do tratamento de águas servidas e dejetos em terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados; (l) segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos resultantes de veículos terrestres em trânsito por postos de fronteira, aeronaves, embarcações, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados; (m) lavanderia em terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos e postos de fronteiras; e hotelaria, em terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos e postos de fronteiras; (n) agenciamento de espaços para publicidade; e (o) venda de resíduos de querosene e outros líquidos oriundos da manutenção de aeronaves. **Parágrafo Único.** Os serviços previstos no caput do artigo 4º deverão ser prestados ao aeródromo a ser implantado na Cidade de São Roque, Estado de São Paulo. **Capítulo III - Do Capital e Ações: Artigo 5º -** O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e bens, é de R\$ 598.071.142,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, setenta e um mil, cento e quarenta e dois reais) dividido em 59.807.114.200 (cinquenta e nove bilhões, oitocentos e sete milhões, cento e quatorze mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º -** A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações, desde que o capital social não exceda 20.000.000.000 (vinte bilhões) de ações ordinárias. **Parágrafo 1º -** Dentro dos limites autorizados neste artigo, poderá a Sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. **Parágrafo 2º -** Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição. **Parágrafo 3º -** Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com Plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá aprovar a outorga pela Sociedade de opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas. **Parágrafo 4º -** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade. **Parágrafo 5º -** Nas hipóteses de aumento de capital, que seja através de aumento promovido dentro dos limites do capital autorizado, quer seja através de aumento de capital deliberado em assembleia geral da companhia, a não realização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada, fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou seu substituto, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata temporis e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada monetariamente pelo IGP-M. **Artigo 7º -** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 8º -** Todas as ações da Sociedade serão nominativas e escriturais. **Artigo 9º -** A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o §4º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. **Artigo 10 -** A Sociedade poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações e disposições regulamentares aplicáveis. **Capítulo IV - Das Assembleias Gerais: Artigo 11 -** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei 6.404/76 ou deste Estatuto. **Parágrafo 1º -** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos presentes, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto. **Parágrafo 2º -** A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, ressalvadas as exceções previstas em lei. **Artigo 12 -** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por acionista escolhido pelos presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário. **Artigo 13 -** Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei: I. Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; II. Indicar o Presidente do Conselho de Administração; III. Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal se instalado; IV. Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; V. Aprovar plano de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados; VI. Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos da Sociedade, bem como a criação de quaisquer reservas, exceto as obrigatórias e, VII. Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. **Artigo 14 -** Qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador, na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V - Da Administração da Sociedade: Artigo 15 -** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **Parágrafo 1º -** A investidora nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 2º -** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **Artigo 16 -** A Assembleia fixará uma verba global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Diretor Presidente deliberar sobre a distribuição da verba individualmente, observado o disposto neste Estatuto. **Artigo 17 -** Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes. **Parágrafo Único -** Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues por outro membro ou enviados à Sociedade previamente à reunião. **Do Conselho de Administração: Artigo 18 -** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º -** Na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º -** O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Sociedade ou de suas sociedades controladas direta ou indiretamente; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Sociedade. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento. **Artigo 19 -** O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º -** Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração e indicar entre os membros do Conselho aquele que o substituirá em caso de ausência ou impedimento temporário. A indicação do membro substituto deverá ser feita pelo Presidente do Conselho de Administração em instrumento escrito indicando o período de ausência ou impedimento temporário, a ser arquivado na sede da Sociedade. **Parágrafo 2º -** Nas deliberações do Conselho de Administração é atribuído ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade no caso de empate na votação. **Parágrafo 3º -** Ocorrendo vacância do cargo de conselheiro, os demais membros do Conselho de Administração nomearão seu substituto, que servirá até a primeira e próxima Assembleia Geral, quando então será eleito o substituto para completar o mandato do membro substituído. Na hipótese de a vacância implicar na composição efetiva do Conselho de Administração em número inferior ao mínimo previsto neste Estatuto Social, a Assembleia Geral deverá ser convocada para eleger os membros do Conselho de Administração necessários para se atingir o mínimo de 3 (três) membros efetivos. **Artigo 20 -** O Conselho de Administração

reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto. **Parágrafo 1º -** As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e ser acompanhado de documentação relativa à ordem do dia. **Parágrafo 2º -** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho e assinadas pelos conselheiros presentes. **Parágrafo 3º -** Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem; serão ainda considerados presentes à reunião os membros que dela participem por meio de conferência telefônica, vídeo conferência, ou outro meio que permita a identificação do Conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. **Parágrafo 4º -** Será dispensada a convocação de que trata o parágrafo 1º deste artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração. **Artigo 21 -** Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto: I. Exercer as funções normativas das atividades da Sociedade, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria; II. Fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente; III. Eleger e destituir os Diretores da Sociedade, bem como aprovar a proposta de eleição ou destituição dos Diretores de suas sociedades controladas direta ou indiretamente; IV. Atribuir aos Diretores da Sociedade as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social; V. Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente; VI. Fiscalizar a gestão dos Diretores da Sociedade e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente; VII. Apreciar os resultados das operações da Sociedade; VIII. Escolher e destituir os auditores independentes da Sociedade; IX. Convocar os auditores independentes da Sociedade para prestar os esclarecimentos que entender necessários; X. Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria da Sociedade, bem como deliberar sobre a submissão das referidas contas à Assembleia Geral; XI. Aprovar: (i) os orçamentos anuais da Sociedade e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente; (ii) os planos anuais de negócios da Sociedade e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente; (iii) os projetos de expansão e os programas de investimento da Sociedade e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente; XII. Aprovar proposta para: (i) operações de mudança do tipo jurídico da Sociedade, e de suas sociedades controladas direta ou indiretamente, incluindo transformação, cisão, incorporação (e incorporação de ações) e fusão; (ii) a criação e supressão de controladas ou subsidiárias integrais pela Sociedade ou por suas sociedades controladas direta ou indiretamente; (iii) a aquisição ou alienação parcial ou total de ações, quotas ou participações de quaisquer sociedades pela Sociedade ou por suas sociedades controladas direta ou indiretamente; e (iv) a participação da Sociedade, ou de suas sociedades controladas direta ou indiretamente, em outras sociedades no País ou no exterior; XIII. Determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas subsidiárias ou controladas diretas e indiretas da Sociedade; XIV. Autorizar a emissão de ações da Sociedade, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, nos termos estabelecidos em lei; XV. Deliberar sobre a aquisição pela Sociedade de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra referenciadas em ações de emissão da Sociedade, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; XVI. Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no Parágrafo 2º do Artigo 6º deste Estatuto; XVII. Aprovar outorga de opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas previamente aprovados em Assembleia Geral, bem como aprovar a outorga de opção de compra de ações ao Diretor Presidente, se houver, cabendo ao Diretor Presidente outorgar as demais opções nos termos deste inciso; XVIII. Estabelecer a política geral de salários e demais políticas gerais de pessoal, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer benefícios, bônus, qualquer outro componente de remuneração e participação nos resultados da Sociedade; XIX. Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, bem como sobre a emissão de commercial papers; XX. Autorizar a Sociedade a prestar garantias a obrigações de suas sociedades controladas direta ou indiretamente, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros; XXI. Aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens ou direitos pela Sociedade e/ou por suas sociedades controladas direta ou indiretamente, não prevista no orçamento anual, envolvendo um valor de mercado superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com exceção dos bens e direitos contabilizados como estoque; XXII. Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens ou direitos da Sociedade, ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Sociedade, em qualquer desses casos desde que não prevista no orçamento anual e cujo valor seja superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); XXIII. Requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Sociedade; XXIV. Dispor, observadas as normas deste Estatuto e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento e, XXV. Declarar dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio, observado o disposto na lei e no capítulo VI deste Estatuto. **Da Diretoria: Artigo 22 -** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo um necessariamente o Diretor Presidente, e os demais Diretores sem designação específica, cujos títulos e funções serão atribuídos pelo Conselho de Administração no momento da eleição. **Parágrafo 1º -** A eleição da Diretoria ocorrerá, preferencialmente, na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária que eleger os membros do Conselho de Administração, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores. Os diretores serão eleitos para mandato de três anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo 2º -** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **Parágrafo 3º -** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, observar-se-á o seguinte: (a) quando do Diretor Presidente, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo ou deliberada a cumulação de atribuições; (b) nos demais casos caberá ao Diretor Presidente indicar, havendo ausência ou impedimento eventual de qualquer diretor, um diretor substituto que cumulará as atribuições de seu cargo com as do diretor substituído, devendo ser realizada, dentro de trinta dias no máximo, reunião do Conselho de Administração para eleição do substituto, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 4º -** Um diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro diretor. **Parágrafo 5º -** A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer dois membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões, que se realizarão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes. Serão lavradas no Livro competente atas com as correspondentes deliberações. **Artigo 23 -** A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por meios especiais que sejam, inclusive para alienar e onerar bens, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Sociedade, especialmente: (i) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas; (ii) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; e (iii) Apresentar ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Sociedade. **Artigo 24 -** Compete ao Diretor Presidente, coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração: I. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II. Superintender as atividades de administração da Sociedade, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; III. Representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; IV. Coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Sociedade; V. Anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Sociedade; e VI. Administrar os assuntos de caráter societário em geral. **Artigo 25 -** A Sociedade será representada da seguinte forma: (a) por dois diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente; (b) pelo Diretor Presidente em conjunto com procurador com poderes específicos; ou (c) dois procuradores com poderes específicos. **Parágrafo Único -** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Sociedade por dois Diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, respeitando as formas de representação do Artigo 25 e/ou por acionistas representando mais da metade do capital, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano, salvo com relação às procurações outorgadas para fins de representação judicial e àquelas outorgadas no âmbito de operações estruturadas e/ou financeiras realizadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que poderão ser outorgadas sem limitação de prazo de vigência. **Do Conselho Fiscal: Artigo 26 -** O Conselho Fiscal da Sociedade com as atribuições estabelecidas em lei será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes. **Parágrafo Único -** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais. **Capítulo VI - Da Distribuição dos Lucros: Artigo 27 -** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo 1º -** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Sociedade: (a) balanço patrimonial; (b) demonstrações das mutações do patrimônio líquido; (c) demonstração do resultado do exercício; e (d) demonstração das origens e aplicações de recursos. **Parágrafo 2º -** As demonstrações financeiras da Sociedade serão auditadas anualmente por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários do Brasil. **Parágrafo 3º -** O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei. **Parágrafo 4º -** O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. **Artigo 28 -** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes: I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas. **Parágrafo 1º -** Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor e a Assembleia Geral aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei 10.303/01). **Parágrafo 2º -** A Assembleia Geral pode deliberar, a qualquer momento, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros de exercícios anteriores, assim mantidos por força de deliberação da Assembleia, depois de atribuído em cada exercício, aos acionistas, o dividendo obrigatório a que se refere este artigo. **Parágrafo 3º -** A Sociedade poderá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos intercalares a débito da conta de lucro apurado em balanço trimestral ad referendum da Assembleia Geral. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo 4º -** O Conselho de Administração deliberará sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. **Capítulo VII - Da Liquidação da Sociedade: Artigo 29 -** A Sociedade entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo VIII - Disposições Finais: Artigo 30 -** A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº. 6.404/76 e deste Estatuto Social, a ser conduzida e decidida, em caráter final, por arbitragem com sede na Cidade de São Paulo, instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CMA-CBCB"), devendo a arbitragem observar as seguintes regras: ser de direito e não de equidade, ser realizada na cidade de São Paulo e julgada por um mínimo de três árbitros, sendo um deles indicado pela parte que solicitar a instauração da arbitragem, outro pela parte demandada na referida arbitragem e por um terceiro escolhido de comum acordo pelos outros demais dois árbitros. **Artigo 31 -** A Sociedade, na hipótese de abertura de seu capital, aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão que busque assegurar, no mínimo, níveis diferenciados de prática de governança corporativa, tal como exigido pelo inciso V do parágrafo 4º do art. 2º da Instrução nº 391/2003 da Comissão de Valores Mobiliários.

ESTADÃO

ESTADÃO